

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação do grupo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do seu real propósito, assim como dos seus financiadores – CPIMST

REQUERIMENTO Nº DE 2023

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO ao Dr. Carlos Augusto Schwengber, Delegado da Polícia Federal responsável pela investigação que resultou na Operação Theatrum.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que ouvido o plenário desta Comissão seja CONVOCADO, na condição de testemunha, Dr. Carlos Augusto Schwengber, Delegado da Polícia Federal responsável pela investigação que resultou na Operação Theatrum.

JUSTIFICAÇÃO

A Polícia Federal no Estado do Mato Grosso deflagrou em outubro de 2016 a Operação Theatrum, para desarticular um suposto esquema de corrupção envolvendo servidores do Incra, fazendeiros e políticos do Mato Grosso. A investigação foi coordenada pelo Delegado Carlos Augusto e foi registrada pela imprensa, conforme matérias abaixo. <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/10/pf-investiga-compra-de-fiscalizacao-emprojeto-de-assentamento-em-mt.html> 18/10/2016 10h14 - Atualizado em 18/10/2016 12h30 PF investiga 'compra' de fiscalização de lotes em projeto de assentamento Operação Theatrum visa a cumprir mandados em MT, MG, DF e PR. Esquema teria participação de políticos, fazendeiros e servidores do Incra. Do G1 MT A Polícia Federal cumpre nesta terça-feira (18), em Mato Grosso, mandados de busca e apreensão e de condução coercitiva contra um suposto esquema de corrupção envolvendo servidores públicos do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), fazendeiros e políticos do estado. Segundo a PF, os crimes ocorreriam na compra de fiscalização do assentamento Tapurah/Itanhangá, com resultados acertados previamente.

O caso é investigado pela operação Theatrum. As irregularidades foram denunciadas por fiscais do Incra e por assentados que se recusaram a participar do esquema. Parte dos suspeitos já foi investigada e indiciada pela operação Terra Prometida, deflagrada pela PF em novembro de 2014. Dezessete mandados de busca e



apreensão e de condução coercitiva deverão ser cumpridos em Cuiabá, Sinop, Diamantino, Itanhangá e Ipiranga do Norte, e em Planaltinha (DF), Guaíra (PR) e Belo Horizonte (MG). As ordens judiciais foram expedidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, onde tramita o inquérito, já que três investigados têm foro privilegiado. A suspeita da PF é que a supervisão ocupacional do projeto de assentamento, entre os anos de 2015 e 2016, tenha sido feita de forma fraudulenta, para validar ocupações irregulares. Assim, assentados 'laranjas' conseguiriam transferir formalmente a propriedade do imóvel para fazendeiros que haviam comprado de forma ilegal. O esquema cada lote do assentamento seria vendido por R\$ 2 milhões. No total, a área tem 1.149 lotes com aproximadamente 100 hectares cada. Conforme as investigações, em setembro de 2015, políticos, fazendeiros e representantes dos assentados fizeram uma reunião com o Inbra em Brasília para fazer uma supervisão ocupacional no projeto do assentamento e também para substituir o servidor que já estava indicado para coordenar os trabalhos. O novo coordenador do grupo de trabalho, indicado pelos suspeitos, começou o trabalho poucos dias depois, mas as fiscalizações foram questionadas por fiscais da equipe, que denunciaram o caso para a PF. Depois, esses fiscais foram substituídos por outros servidores. Entre as irregularidades denunciadas, estava o tratamento diferenciado para algumas autoridades e fazendeiros locais e a divulgação da data de fiscalização dos lotes do assentamento, inclusive com a ajuda dos políticos locais que foram a Brasília pedir a fiscalização. Com isso, os fazendeiros convocavam seus 'laranjas' para comparecer no lote na data marcada para a fiscalização, pagando as despesas de viagem e dando outras vantagens. Segundo a PF, muitos desses 'laranjas' são os beneficiários dos lotes do Inbra. Após venderem a parcela, eles se mudaram da região mas continuaram mantendo seus nomes como ocupantes da área. Depois de 10 anos de titulação da área, o Inbra faz a baixa das condições resolutiveiras do título de domínio e o imóvel rural passa a ser do assentado, que pode inclusive vender a área de forma lícita. Mas, para comprovação do cumprimento das condições pelos assentados, é necessária uma última fiscalização após o decurso desse prazo. No caso do projeto de assentamento Tapurah/Itanhangá, isso ocorreu no ano de 2015 para a maioria dos lotes. <http://www.agoramt.com.br/2016/10/operacao-theatrum-pf-vasculha-e-apreende-documentosem-gabinete-de-deputado/> Operação Theatrum | PF vasculha e apreende documentos em gabinete de deputado Destaques Política 18 de outubro de 2016, 10:11 Da redação A operação Theatrum foi deflagrada na manhã desta terça-feira (18) pela Polícia Federal com o foco de desarticular um esquema de corrupção envolvendo servidores públicos do Inbra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), fazendeiros e políticos em Mato Grosso. Estão sendo cumpridos 17 mandados de busca e apreensão e 17 mandados de condução coercitiva em Cuiabá, Sinop, Diamantino, Itanhangá, Ipiranga do Norte, Planaltina (DF), Guaíra (PR) e Belo Horizonte (MG). O Tribunal Regional Federal da 1ª região foi quem expediu os mandados, local onde tramita o inquérito, em virtude de três investigados possuírem foro por prerrogativa de função. O esquema tem como base a 'compra de fiscalização' com resultado previamente acertado. Já foi cumprida uma busca e apreensão de documentos no gabinete do deputado estadual Dilmar Dal Bosco (DEM). As investigações apontaram que em setembro de 2015, políticos de Mato Grosso, fazendeiros de Itanhangá e representantes dos assentados, muitos deles investigados e já indiciados na Operação Terra Prometida, realizaram uma reunião com o Inbra em Brasília com o objetivo de desencadear uma supervisão ocupacional no Projeto de Assentamento Tapurah/Itanhangá, bem como, de



substituir o servidor que estava previamente indicado para a coordenação dos trabalhos. Em poucos dias, o Incra iniciou a supervisão ocupacional do assentamento, porém, os métodos do novo coordenador do grupo de trabalho, colocado a pedido dos investigados, tornaram as fiscalizações inócuas e foram objeto de duros questionamento por alguns fiscais da equipe, os quais denunciaram as irregularidades à Polícia Federal e mais tarde foram substituídos por outros servidores. Entre os citados métodos, estava a ampla divulgação da data de fiscalização dos lotes do assentamento, inclusive com a ajuda dos políticos locais que foram a Brasília pedir a fiscalização. Além disso, segundo depoimento de testemunhas, o coordenador realizava fiscalizações com tratamento diferenciado para determinadas autoridades e fazendeiros locais. Isso possibilitou que aos fazendeiros que hoje ocupam e exploram irregularmente o imóvel convocassem seus “laranjas” para comparecimento no lote na data marcada para a fiscalização, pagando-lhes todas as despesas de viagem, além de outras vantagens. Dessa forma, a fiscalização do maior assentamento da América Latina se tornou um verdadeiro “teatro”, termo esse utilizado por assentados que se recusaram a participar da farsa e comunicaram à Polícia Federal. Muitos desses “laranjas” são os beneficiários dos lotes do Incra, que, após venderem a parcela, mudaram-se da região, mas continuaram mantendo seus nomes como ocupantes da área, visando enganar o Incra. Isso porque, após decorridos 10 anos da titulação da área, o Incra procede à baixa das condições resolutivas do título de domínio e o imóvel rural passa a ser do assentado, podendo ele inclusive vender a área de forma lícita. Contudo, para comprovação do cumprimento das condições pelos assentados é necessária uma última fiscalização após o decurso desse prazo, que, no caso do PA Tapurah/Itanhangá, ocorreu no ano de 2015 (para a maioria dos lotes). A Polícia Federal acredita que a supervisão ocupacional do PA Tapurah/Itanhangá, iniciada em 2015 e concluída 2016, tinha como finalidade a convalidação das ocupações irregulares, com a consequente baixa das condições resolutivas do título de domínio, o que permitiria que o assentado “laranja” transferisse formalmente a propriedade do imóvel para o fazendeiro, que já o adquiriu de forma ilegal. Segundo informações obtidas pela Polícia Federal, cada lote do citado assentamento é comercializado por R\$ 2 milhões. No âmbito da Operação Terra Prometida, deflagrada em 2014, foi apreendido um contrato de compra e venda de um lote comercializado em 2013 pelo valor de R\$ 1,6 milhão. O assentamento possui 1.149 lotes de aproximadamente 100 hectare cada, informa a assessoria da PF.

Operações como realizada pela Policia Federal demonstra o interesse de empresários rurais em áreas que foram criados assentamentos e que nos últimos anos tiveram valorizada pelo preço da terra. Comprando estes lotes estas famílias dessas famílias muitos com o passar do tempo irão pressionar por novos assentamentos.

Para tanto solicitamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões,

de 2023.

Dep. NILTO TATTO (PT/SP)



Dep. PADRE JOÃO (PT/MG)
Dep. PAULÃO (PT/AL)
Dep. VALMIR ASSUNÇÃO (PT/BA)
Dep. CAMILA JARA (PT/MS)
Dep. GLEISI HOFFMANN (PT/PR)
Dep. JOÃO DANIEL (PT/SE)
Dep. MARCON (PT/RS)





Requerimento **(Do Sr. Nilto Tatto)**

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO ao Dr. Carlos Augusto Schwengber, Delegado da Polícia Federal responsável pela investigação que resultou na Operação Theatrum.

Assinaram eletronicamente o documento CD235633226500, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Daiana Santos (PCdoB/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Camila Jara (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. João Daniel (PT/SE) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Marcon (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Valmir Assunção (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 7 Dep. Paulão (PT/AL) - Fdr PT-PCdoB-PV

